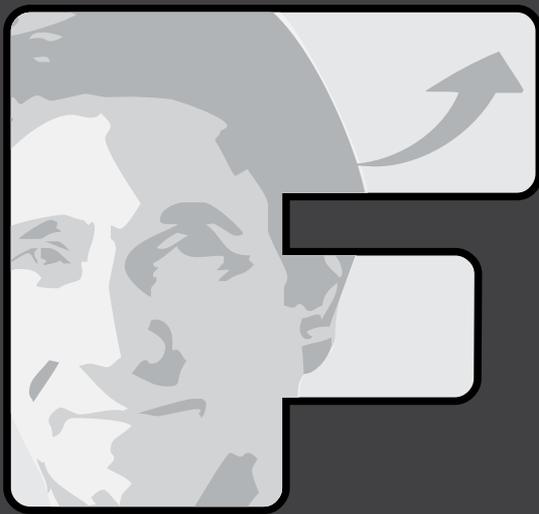


# BLOCO



MAIO 2011

[www.esquerda.net](http://www.esquerda.net)



**POBREZA RECESSÃO PRIVATIZAÇÕES**

## GOVERNO DE ESQUERDA

**RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA  
REFORMA FISCAL  
PRIORIDADE AO EMPREGO**



**NESTAS ELEIÇÕES FAZ-SE UMA ESCOLHA ESSENCIAL.**

Para sair da crise, é preciso inverter prioridades e começar a pagar a dívida social: mais de dois milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza. Em vez de medidas que empobrecem a população, há que aumentar o valor das pensões mínimas para quem já passou tantos anos de dificuldades.

**POLÍTICA ECONÓMICA PARA O EMPREGO E O CRESCIMENTO.**

É preciso garantir que os recursos do Estado são bem aplicados. Por exemplo, fazendo o inventário das despesas inúteis e combatendo o desperdício dos dinheiros públicos. E devemos recusar pagar o que não devemos, através duma auditoria à dívida externa que permita separar o trigo do joio.

**QUEM LUCROU COM A CRISE TEM DE COMEÇAR A PAGAR.**

Só um governo de esquerda pode acabar com a fuga aos impostos e a evasão para os paraísos fiscais. Só um governo de esquerda pode impor a renegociação das parcerias público-privadas que estão a arruinar o país com rendas e indemnizações perpétuas aos grandes grupos financeiros.

**O BLOCO DE ESQUERDA PROPÕE MEDIDAS CONCRETAS.**

É possível equilibrar as contas públicas, protegendo salários e pensões e financiando a saúde e a educação. Se o dinheiro existe, os sacrifícios não podem ser só para quem trabalha. Se queremos deixar de ser um país à rasca, precisamos de um governo de coragem, apoiado na vontade do povo.

ENTREVISTA

# "A ESCOLHA É TÃO SIMPLES



*Podemos dizer Não ao país, resignados perante as ordens de Bruxelas, como propõem PS, PSD e CDS. Ou dizer Sim à justiça na economia, à distribuição da riqueza e ao investimento público para alterar o rumo de Portugal. Um povo que se ergue conquista respeito e capacidade de resposta.*

FRANCISCO LOUÇÃ, ECONOMISTA, DIRIGENTE DO BLOCO.  
A RESPOSTA DA ESQUERDA À POLÍTICA DO TRIPARTIDO PS-PSD-CDS.

### Que dívida é esta?

Há duas dívidas diferentes: a do Estado e a dos bancos. A dívida do Estado é pressionada por um défice estrutural (Portugal importa mais do que exporta), mas resulta também de opções ruinosas feita pelos governos do PS e do PSD/CDS. Inventaram parcerias público-privadas, em auto-estradas e hospitais, que nos atolaram em dívidas futuras. Desperdiçaram o dinheiro do Estado em mordomias e lugares para os seus amigos. Assumiram as dívidas de banqueiros mafiosos do BPN. Venderam ao desbarato empresas públicas rentáveis como a GALP e a EDP. Isentaram os bancos de impostos e recusaram uma reforma fiscal que fizesse os mais ricos contribuir.

### Como podemos sair deste ciclo?

A dívida pública é o resultado dos favores feitos aos donos de Portugal nos últimos anos, mas é sobretudo o produto da falta de estratégia desta elite. De facto, as famílias que dominam a economia abandonaram o sector produtivo, fecharam indústrias, abandonaram o campo e as pescas, desistiram de inovar e investir. Transferiram-se para sectores onde o dinheiro era fácil e para negócios feitos à sombra do Estado. Os governos fizeram com eles parcerias público-privadas ruinosas e privatizações a preço de saldo em áreas tão importantes como a energia ou as telecomunicações. Os grupos económicos e os governos esgotaram o país.



Os grupos que dominam a economia abandonaram o sector produtivo e preferiram transferir-se para o dinheiro fácil

Hoje somos dependentes em quase tudo: bens alimentares, energia, bens de consumo com tecnologia incorporada. Esse é o défice estrutural da nossa economia. Sem romper com este modelo, Portugal está condenado ao fracasso.

### E quanto à dívida dos bancos?

A dívida privada é muito maior que a dívida do Estado. É composta sobretudo pelo endividamento dos bancos portugueses à banca estrangeira.

Essa dívida resulta da gestão gananciosa dos banqueiros, que ao longo de anos obtiveram lucros enormes. Entregaram milhões aos accionistas e agora apresentam-se "em dificuldades". De onde vem este endividamento? Sobretudo do crédito fácil, concedido durante anos ao consumo e à compra de casa, beneficiando de políticas de habitação que tornaram

**Se aceitarmos o FMI, receberemos uma factura gigante, passada aos mais pobres, para que os bancos possam manter a sua boa vida.**

## PROPOSTAS PARA JUSTIÇA NA ECONOMIA



### REESTRUTURAÇÃO DA DÍVIDA

Para pagar 5% de juro sobre o empréstimo do FMI, a economia portuguesa não se levantará mais. Nas eleições de 5 de Junho, podemos impedi-lo. Uma recusa portuguesa obrigaria à reestruturação da dívida.



### INVESTIMENTO PÚBLICO

Só haverá criação de emprego com políticas públicas fortes, com o desenvolvimento de serviços públicos de qualidade, com um plano de reabilitação das cidades que facilite o arrendamento aos mais pobres.



### DEFESA DO EMPREGO

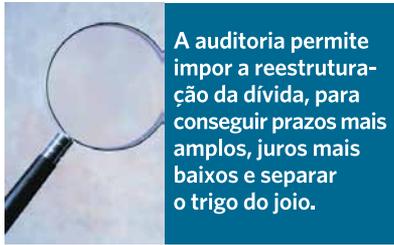
A Europa tem de emitir obrigações europeias para enfrentar as dívidas grega, irlandesa, portuguesa, espanhola. E em vez de semear a recessão, assumir um pacto europeu para o emprego que se apoie num orçamento europeu forte.



### REFORMA FISCAL

Quem enriqueceu enquanto nos afundámos deve agora contribuir. O Bloco defende um Imposto sobre o Património, a tributação dos ganhos em terrenos valorizados (mais-valias), das transacções financeiras e das grandes fortunas.

# COMO NUM REFERENDO"



A auditoria permite impor a reestruturação da dívida, para conseguir prazos mais amplos, juros mais baixos e separar o trigo do joio.

o arrendamento impossível. Mas resulta também da compra desenfreada de títulos de dívida pública portuguesa (a pagar pelo Estado a juros altos) com dinheiro emprestado a 1% pelo Banco Central Europeu. A União Europeia dizia apoiar Portugal, enquanto enchia os cofres dos Espírito Santo, BCP e outros. Os accionistas dos bancos, que arrecadaram milhões, devem agora capitalizar as suas empresas.

## Qual o preço da intervenção externa?

Como assume o FMI, esta intervenção baseia-se no PEC 4 de José Sócrates: baixar salários e pensões, aumentar as rendas, facilitar o despedimento, reduzir drasticamente as indemnizações, privatizar empresas estratégicas. A estas medidas, o FMI poderá acrescentar outras na mesma linha, como a redução do salário mínimo e do subsídio de desemprego ou o corte do 13º mês. Até ao PEC 4, os planos do governo já tinham tirado aos rendimentos de quem trabalha 8 vezes mais do que aos benefícios do capital. Assim continuará a fazer o FMI: se o aceitarmos, receberemos uma factura gigante, passada aos mais pobres, para que os bancos portugueses possam manter a sua boa vida. É por isso que só podemos recusar a

intervenção do FMI, que aliás quer fazer negócio com a dívida portuguesa: recebe fundos a 2% e empresta ao Estado português a 5 ou 6%. Ora, Portugal não pode pagar 5%, quando tem uma recessão e a economia está a diminuir. Se este plano for para a frente, dentro de três anos estaremos ainda pior.

## O que se passou na Grécia e na Irlanda?

Na Irlanda e na Grécia a receita foi quase a mesma. O resultado está à



Na Irlanda e na Grécia, o resultado está à vista: agravamento do desemprego e da recessão, grande parte do comércio encerrado, milhões de pessoas caídas na pobreza.

vista: aumento do desemprego, recessão para o abismo, grande parte do comércio encerrado, milhões de pessoas caídas na pobreza. E nada disso deixou aquelas economias menos vulneráveis aos especuladores, com os juros da dívida do Estado a atingirem hoje as mais altas taxas de sempre. A austeridade enfraquece a economia e traz mais recessão.

## Quem vai governar com esta intervenção?

Se a aliança FMI for maioritária a 5 de Junho - com os votos no PS, PSD e CDS - o futuro governo será o governo do FMI, guiado directamente

pelo FMI e nada fará que o FMI não queira. Durante anos, o Fundo e a Comissão Europeia controlarão a economia portuguesa. É isso mesmo que exigem os donos dos bancos e dos grupos económicos, da Sonae à Jerónimo Martins. Os que enriqueceram enquanto Portugal se endividava falam agora de austeridade e exigem o governo FMI, com o PS coligado com o PSD e CDS. Porquê? Porque sabem que saem a ganhar e que não são eles que vão pagar esta opção.

## Há outro caminho?

Sim. Primeiro, resolvamos os problemas de liquidez de curtíssimo prazo, com o apoio da CGD e de outros fundos nacionais, como o da segurança social, ou com acordos bilaterais com outros Estados. Depois, concentremo-nos no que é mais difícil. Devemos para isso auditar a dívida externa, pública e privada, para saber aquilo que é devido e aquilo que não pode ser pago - não se paga o que não se deve. Não se devem pagar juros excessivos nem negócios da corrupção, por exemplo. A auditoria permite sobretudo impor a reestruturação da dívida, para conseguir prazos mais amplos, juros mais baixos e separar o trigo do joio. Assim teremos tempo para a reestruturação



A dívida privada é o dobro da dívida pública. É composta sobretudo pelo endividamento dos bancos portugueses à banca estrangeira.

que mais interessa: a da economia, para ser dedicada ao emprego, a um sistema de financiamento sustentável e de consolidação orçamental com a justiça fiscal, que é o que falta em Portugal. É aí que podemos ir buscar os recursos para financiar o investimento, o crescimento e o Estado social, na saúde, educação e segurança social.

## De que serve votar à esquerda?

A Islândia, que já recusou em dois referendos assumir a dívida externa da máfia bancária local, mostrou que um povo que se ergue conquista respeito e capacidade de resposta. Esse é o voto Sim nestas eleições. Sim ao emprego, à saúde e à educação, Sim à esperança e à justiça na economia. Esse é o voto no Bloco de Esquerda, para um governo de esquerda que rompa com os chantagistas e recuse este "salvamento" que nos condena à decadência.

***Devemos examinar a dívida externa, pública e privada, para saber o que é devido e o que não pode ser pago - não se paga o que não se deve. Não podemos pagar juros excessivos nem negócios da corrupção, por exemplo.***



### FIM DAS PPP

Devem ser anuladas as parcerias público-privadas previstas e renegociados os pagamentos das actuais, limitando drasticamente as rendas pagas pelo Estado.



### DIREITOS NO TRABALHO

Limitação dos contratos a prazo ao máximo de um ano, fim dos falsos recibos verdes, fim do abuso das empresas de trabalho temporário. Um país de precários não tem futuro.



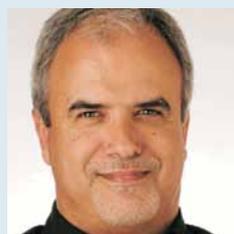
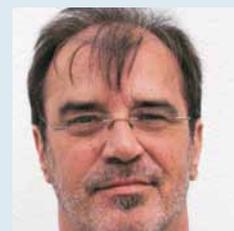
### COMBATE À CORRUPÇÃO

Na Alemanha, dois administradores do fabricante de submarinos já foram acusados em tribunal por corrupção. Em Portugal, não há ninguém acusado de receber o dinheiro. O levantamento do segredo bancário é um passo essencial.



### MAIS SEGURANÇA SOCIAL

Direito à reforma aos 40 anos de contribuições. Aumento mínimo de 25 euros para as pensões mínimas. As grandes empresas lucrativas devem contribuir de forma acrescida para a sustentabilidade da protecção social.

**5 JUNHO VOTA****FRANCISCO LOUÇÃ**  
Economista  
LISBOA**JOÃO SEMEDO**  
Médico  
PORTO**MARIANA AIVECA**  
Funcionária Pública  
SETÚBAL**PEDRO SOARES**  
Prof. Universitário  
BRAGA**JOSÉ MANUEL PUREZA**  
Prof. Universitário  
COIMBRA**JOSÉ GUSMÃO**  
Economista  
SANTARÉM**PEDRO FILIPE SOARES**  
Programador Informático  
AVEIRO**CECÍLIA HONÓRIO**  
Professora  
FARO**HEITOR DE SOUSA**  
Economista  
LEIRIA**LILIANA FERNANDES**  
Professora  
BRAGANÇA**PAULO CARDOSO**  
Analista Químico  
PORTALEGRE**MIGUEL SAMPAIO**  
Livreiro  
ÉVORA**DINIS CORTES**  
Médico  
BEJA**IRINA CASTRO**  
Estudante  
VILA REAL**JORGE MANUEL TEIXEIRA**  
Professor politécnico  
VIANA DO CASTELO**RUI COSTA**  
Advogado  
VISEU**ANTÓNIO BAPTISTA**  
Gestor  
GUARDA**FERNANDO PROENÇA**  
Professor  
CASTELO BRANCO**JOSÉ CASCALHO**  
Prof. Universitário  
AÇORES**ROBERTO ALMADA**  
Educador Social  
MADEIRA**GUSTAVO BEHR**  
Jurista  
FORA DA EUROPA**CRISTINA SEMBLANO**  
Economista  
EUROPA

NO PARLAMENTO: BALANÇO E PROPOSTAS

# O BLOCO PRESTA CONTAS

Nas últimas eleições, o Bloco duplicou a sua representação no parlamento. A eleição de 16 deputados permitiu apresentar 345 iniciativas legislativas. Apresentámos as propostas que eram o nosso compromisso. O Bloco é uma esquerda confiante, que responde com medidas alternativas aos problemas que afectam as pessoas.

## PROPOSTAS

Os 16 deputados do Bloco foram os mais produtivos de todas as forças políticas. Apresentámos 186 projectos de lei e 159 projectos de resolução. Destes, 32 projectos de lei foram aprovados na generalidade, e 17 transformaram-se em lei. Apresentámos 159 Projectos de Resolução, dos quais 51 foram aprovados como recomendação ao governo. Eis alguns deles:

- :: Colocação obrigatória do preço dos medicamentos nas embalagens de venda ao público;
- :: Dispensa gratuita de medica-

mentos após a alta em situações de cirurgia de ambulatório e de internamento pelos serviços farmacêuticos dos hospitais que integram o SNS;

- :: Criação do "crime urbanístico", para punir a corrupção e proteger o domínio público;
- :: Utilização de formatos electrónicos livres na administração pública;
- :: Medidas de protecção das uniões de facto;
- :: Acesso gratuito a serviços mínimos bancários e limitação das taxas de manutenção das contas por parte dos bancos.

## EM CONTACTO COM OS CIDADÃOS



O contacto com os cidadãos e o conhecimento dos seus problemas e preocupações é essencial para o trabalho que os deputados e deputadas do Bloco desenvolvem no Parlamento. Para além das sessões públicas e da presença nas lutas dos professores, enfermeiros e de tantos trabalhadores dos sectores atingidos pela crise, respondemos a milhares de pessoas que colocaram, por e-mail, carta, telefonemas ou presencialmente as suas questões, reclamações e propostas.